

Territórios racializados na atenção psicossocial de adolescentes: Investigando um dispositivo clínico-político

Racialized territories in psychosocial care of adolescents: Investigating a clinical-political device

Territorios racializados en la atención psicosocial de adolescentes: Investigando un dispositivo clínico-político

Les territoires racialisés dans l'attention psychosociale des adolescents: Enquêter sur un dispositif clinique-politique

 10.5020/23590777.rs.v25iEsp.e15151

Tahamy Louise Duarte Pereira  

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (Bolsista CAPES). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Paulo (2014), onde também fez Residência Multiprofissional em Rede de Atenção Psicossocial (2015-2017). Docente no curso de graduação em Psicologia da Universidade Santa Cecília (2025-). Prática a psicanálise em consultório particular (2019-). É membra da ClínicaAberta de Psicanálise de Santos desde sua fundação (um coletivo de analistas que acreditam que a clínica psicanalítica e a escuta devem circular pela cidade e acessar quem quer que deseje falar sobre si, 2019).

Miriam Debieux Rosa  

Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Coordena o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL/IPUSP) e o Grupo Veredas: psicanálise e imigração (PSOPOL/IPUSP). Pró-Reitora Adjunta para Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo (2022/26).

Caroline Teixeira Zanchi  

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Participante das Formações Clínicas Fórum do Campo Lacaniano- SP. Integra e coordena grupos de estudos em Psicanálise. Atua na equipe Trajetos de Acompanhamento Terapêutico e em consultório particular nas cidades de Santos e São Paulo. É membra da ClínicaAberta de Psicanálise de Santos desde sua fundação em 2019 (coletivo de analistas que atuam na perspectiva do acesso e circulação da escuta psicanalítica pela cidade).

Resumo

Este estudo psicanalítico teve como objetivo investigar os efeitos de um dispositivo clínico-político que articula raça e territórios da cidade na atenção psicossocial de adolescentes. Utilizou-se o método psicanalítico e, mais especificamente, a psicanálise implicada na dimensão sociopolítica do sofrimento. A pesquisa reuniu um grupo semanal com adolescentes frequentadoras de um serviço de saúde mental comunitária, entre maio e setembro de 2022, cujos encontros foram registrados nos diários de experiência da pesquisadora. A análise da experiência e sua discussão ocorreu a partir da escuta da pesquisadora e da leitura dos diários de experiência dos encontros. Este artigo aborda a discussão de dois dos três eixos discutidos na dissertação de mestrado: (1) Relações raciais: experimentando, falhando e sustentando falar da diferença, no qual foram enfatizados momentos do grupo em que a temática racial se apresentou, seja pela história da cidade, seja pela temática das composições familiares interracial ou pela relação com o próprio corpo; e (2) Colocar o corpo na cidade, eixo temático que aborda efeitos do dispositivo investigado que se relacionam com a circulação pela cidade e por seus vários territórios. Conclui-se que o dispositivo em questão possibilitou momentos de ampliação de territórios existenciais, bem como de deslocamentos imaginários e simbólicos para as adolescentes participantes. Ao se considerar a realidade brasileira de profunda desigualdade racial e seus impactos de sofrimento para toda a sociedade, entendem-se oportunas novas investigações que exercitem uma práxis clínica antimanicomial na atenção psicossocial; uma práxis necessariamente antirracista.

Palavras-chave: atenção psicossocial, território, raça, psicanálise, clínico-político.

Abstract

This psychoanalytic study aimed to investigate the effects of a clinical-political device that articulates race and city territories in the psychosocial care of adolescents. The psychoanalytic method was used, and more specifically the psychoanalysis concerned about the sociopolitical dimension of suffering. The research consisted of a weekly group of female adolescents attending a community mental health service that occurred between May and September 2022, which meetings were registered in the researcher's experience diaries. The analysis of the experience and its discussion were based on the researcher's listening and on the diaries about the group meetings reading. This paper addresses two out of the three axis that were discussed in the dissertation: (1) Racial relations: experiencing, failing and sustaining talking about the difference, in which emphasis was given to moments in the group in that the racial theme was presented, either by the history of the city, by the theme of interracial family compositions or by one's relationship with their own body; and (2) Placing the body in the city, a thematic axis that addresses the effects of the investigated device which relate to the circulation throughout the city and its various territories. It is concluded that the device in question allowed moments of expansion of existential territories and imaginary displacements for the participating adolescents. Considering the Brazilian reality of deep racial inequality and its suffering impacts for the whole society, it is understood that new investigations that exercise an antimanicolonial clinical praxis in psychosocial care would be welcome, considering such praxis as necessarily anti-racist.

Keywords: psychosocial care, territory, race, psychoanalysis, clinical-political.

Resumen

Este estudio psicoanalítico tuvo como objetivo investigar los efectos de un dispositivo clínico-político que articule raza y territorios de la ciudad en la atención psicosocial de adolescentes. Se utilizó el método psicoanalítico y más específicamente el psicoanálisis implicado en la dimensión sociopolítica del sufrimiento. La investigación consistió en un grupo semanal con adolescentes que asisten a un servicio de salud mental comunitaria, entre mayo y septiembre de 2022, cuyos encuentros fueron registrados en los diarios de experiencia de la investigadora. El análisis de la experiencia y su discusión se dio a partir de la escucha de la investigadora, y de la lectura de los diarios acerca de los encuentros. Este artículo aborda la discusión de dos de los tres ejes discutidos en la disertación de maestría: (1) Relaciones raciales: experimentando, fallando y sosteniendo hablar de la diferencia, en el cual se dio énfasis a momentos del grupo en que la temática racial se presentó, ya sea por la historia de la ciudad, por la temática de las composiciones familiares interracial o por la relación con el propio cuerpo; y (2) Colocar el cuerpo en la ciudad, eje temático que aborda los efectos del dispositivo investigado que se relacionan con la circulación por la ciudad y sus diversos territorios. Se concluye que el dispositivo en cuestión posibilitó momentos de ampliación de territorios existenciales y de desplazamientos imaginarios para las adolescentes participantes. Considerando la realidad brasileña de profunda desigualdad racial y sus impactos de sufrimiento para toda la sociedad, se entiende que son oportunas nuevas investigaciones que ejerciten una praxis clínica antimanicolonial en la atención psicosocial, praxis esa necesariamente antirracista.

Palabras clave: atención psicosocial, territorio, raza, psicoanálisis, clínico-político.

Resumé

Cette étude psychanalytique visait à étudier les effets d'un dispositif politico-clinique qui articule la race et les territoires de la ville sur l'attention psychosociale des adolescents. On a utilisé la méthode psychanalytique et plus spécifiquement la psychanalyse impliquée dans la dimension sociopolitique de la souffrance. L'enquête a consisté en un groupe hebdomadaire d'adolescents fréquentant un service communautaire de santé mentale, entre mai et septembre 2022, dont les rencontres ont été enregistrées dans les journaux d'expérience de la chercheuse. L'analyse de l'expérience et de sa discussion s'est faite à partir de l'écoute de la chercheuse, et de la lecture des journaux des rencontres. Cet article traite de deux des trois axes abordés dans la thèse de maîtrise: (1) Relations raciales - expérimenter, échouer et soutenir parler de la différence, dans lequel l'accent a été mis sur les moments du groupe où la thématique raciale s'est présentée soit par l'histoire de la ville, la thématique des compositions familiales interracial ou la relation avec son propre corps; et (2) Mettre le corps dans la ville, axe thématique qui aborde les effets du dispositif étudié qui se rapportent à la circulation dans la ville et ses divers territoires. Il s'ensuit que le dispositif en question a permis des moments d'élargissement de territoires existentiels et de déplacements imaginaires pour les adolescentes participantes. Compte tenu de la réalité brésilienne de profonde inégalité raciale et de ses impacts de souffrance sur l'ensemble de la société, il est entendu que de nouvelles recherches sont opportunes pour exercer une pratique clinique anti-asile sur l'attention psychosociale, une praxis nécessairement anti-raciste.

Mots-clé: attention psychosociale, territoire, race, psychanalyse, clinique-politique.

O campo da atenção psicossocial foi criado a partir da Reforma Psiquiátrica brasileira, um processo iniciado no final da década de 1970 – desencadeado pelos questionamentos de profissionais e familiares acerca do modo de tratamento dado, até então, às pessoas em intenso sofrimento psíquico –, que centrava suas práticas na busca de remissão de sintomas de doenças mentais a partir da retirada dessas pessoas do convívio comunitário e do asilamento em instituições hospitalares (Amarante, 2003).

Nesse sentido, Paulo Amarante (1997, p. 165) define a Reforma Psiquiátrica como “um processo permanente de construção de reflexões e transformações que ocorrem a um só tempo nos campos assistencial, cultural e conceitual”. Estudos posteriores, com destaque para o trabalho de Rachel Gouveia Passos (2018), apontaram que esse processo massivo de encarceramento em hospitais psiquiátricos já atingia, no Brasil, predominantemente, a população negra. A partir da Reforma, constituiu-se um novo paradigma de atenção em saúde mental, o Paradigma Psicossocial (PPS), que convive e disputa, no cotidiano da práxis em saúde mental coletiva, com o Paradigma Psiquiátrico-Hospitalocêntrico-Medicalizador (PPHM) (Costa-Rosa, 2013). Entre os dois, há diferenças teóricas, técnicas e ético-políticas que produzem distintas práxis na atenção aos sujeitos do sofrimento.

Conforme Costa-Rosa (2013), o PPHM seria a redefinição do “modo asilar” (Costa-Rosa, 2000), que considera determinações orgânicas para as “patologias mentais”. A centralidade do saber sobre a saúde mental se mantém – como ocorre de modo hegemônico na cultura – com o profissional médico, que busca corrigir as chamadas disfunções a partir das medicações psiquiátricas. Os saberes de outras áreas profissionais, quando participam do cuidado, ficam em posição secundária. Costa-Rosa (2000, p. 152) aponta que, nesse paradigma, há: “Pouca ou nenhuma consideração do sujeito (como subjetividade desejante), o que implica que não se invista na sua mobilização como participante do tratamento”. Portanto, a doença mental seria o produto de uma disfunção individual, e o tratamento poderia ocorrer apartado do território e da comunidade na qual essa pessoa leva sua vida.

O Paradigma Psicossocial, por sua vez, é aquele que substitui o PPHM, incorporando concepções de campos diversos de saber, como a filosofia, as ciências sociais, a psicanálise e a psicologia social (Costa-Rosa, 2013). Debruça-se não sobre doenças, mas sobre “o sujeito em sua ‘existência-sofrimento’ [...] e como devir (desejante), ou seja, um sujeito do significante, um indivíduo com inconsciente [...]” (Costa-Rosa, 2013, p. 80). Um de seus aspectos de destaque são o território e as trocas que nele ocorrem para a produção de saúde e/ou sofrimento psíquico, por isso, o cenário da práxis da atenção também acontece para além dos limites físicos do equipamento de saúde. É com essa proposta que surgem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), equipamentos responsáveis por articular a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e seu território de abrangência, visando ações de promoção e cuidado em saúde mental. A RAPS, instituída pela Portaria MS 3088/1, tem como finalidade ampliar a articulação de diversos pontos de atenção em saúde mental com a rede intersetorial, enfatizando serviços de base territorial e considerando os princípios de integralidade, equidade, controle social e respeito aos direitos humanos.

No contexto da atenção psicossocial, o debate acerca do cuidado com crianças e adolescentes surgiu tardiamente, sendo incluído apenas na Terceira Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2002. Nesse mesmo ano, a Portaria nº 336/2002 (Ministério da Saúde, 2002) instituiu os Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSij), que se responsabilizam pelo apoio psicossocial a crianças, adolescentes e suas famílias, sob a perspectiva da garantia de direitos e da articulação de redes (Ricardo & Figueiredo, 2025).

Mais tardia ainda, entretanto, tem sido a discussão acerca das relações raciais e dos impactos do racismo na saúde mental de crianças e adolescentes (Ricardo & Figueiredo, 2025). A partir de uma revisão integrativa da literatura, buscou-se compreender se, e como, o racismo tem sido considerado no processo de cuidado de crianças e adolescentes em CAPSij. Além disso, discutem ainda serem incipientes as ações de cuidado que levam em consideração a dimensão racial nas práticas dos CAPSij brasileiros. Assim, apontam que “torna-se imprescindível que os CAPSij desenvolvam práticas de cuidado que promovam a equidade [...], com a criação de espaços de escuta e intervenção que reconheçam as demandas específicas do público negro” (Ricardo & Figueiredo, 2025, p. 12).

Nessa perspectiva, este artigo apresenta-se como um relato de pesquisa desenvolvido no âmbito do mestrado, em que a prática clínica da pesquisadora no campo da atenção psicossocial produziu uma questão acerca da dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2016). Destacou-se o sofrimento decorrente de sucessivas experiências de racismo – em suas vertentes estrutural, institucional ou de violência física e verbal contra indivíduos (Almeida, 2019; Bento, 2022) – enfrentadas por adolescentes acompanhados em um CAPSij.

Ao se notar a disputa entre os dois paradigmas citados nos CAPS trabalhado, questionou-se: como produzir um espaço de escuta psicanalítica para além do formato original do dispositivo psicanalítico, o consultório, de modo que sejam levadas em consideração as particularidades da clínica que se faz no contexto da saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do Paradigma Psicossocial?

Em alinhamento com o trabalho de Emiliano de Camargo David (2022) e de David e Vicentin (2023), compreende-se a necessidade de expandir a discussão trazida por Costa-Rosa (2013) acerca dos paradigmas de atenção na atenção

psicossocial. Para tanto, é importante incorporar a discussão decolonial – necessariamente também antirracista – nesse contexto. Conforme apontam os autores,

[...] a manicomialização tem ancoragem na colonialidade, configurando o que chamamos de **manicolonial**, como vinculação do signifiante negro à loucura, na forma da periculosidade e inferioridade raciais (Fanon, 1979; Mbembe, 2018).

De fato, o louco e o negro (e vice-versa) não foram criados desassociadamente. Pelo contrário, no Brasil, foram costurados pela afirmação da loucura e da criminalidade como atributo da raça negra, na forma da exclusão e da separação/morte: o racismo manicomial — **manicolonial** (David & Vicentin, 2023, p. 3).

As racionalidades manicomial e colonial, portanto, são indissociáveis. Nesse sentido, uma práxis em saúde mental que se pretenda antimanicomial, ou seja, que opera a partir do paradigma psicossocial, deve buscar ser, portanto, “antimanicolonial” (David, 2022; David & Vicentin, 2023).

A partir desse panorama, o presente estudo procura responder, por meio do método psicanalítico, a seguinte pergunta de pesquisa: quais efeitos se pode apreender de um dispositivo psicanalítico de escuta grupal que articule raça e os territórios da cidade na atenção psicossocial de adolescentes? Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivos: 1) reunir um grupo com adolescentes de um serviço de saúde mental comunitária, propondo-se a pesquisar, na cidade, as contribuições das culturas negras e indígenas (Gonzalez, 2020), indo na contramão da ideologia de embranquecimento (Nascimento, 2016); 2) apresentar e discutir os efeitos apreendidos pela pesquisadora acerca dessa experiência.

Método

O método da investigação foi delineado a partir do objeto que se pretende investigar. Nesse sentido, esta pesquisa ancorou-se no método psicanalítico, aquele desenvolvido por Sigmund Freud e seus diversos colaboradores, buscando, em um mesmo movimento, investigar o inconsciente e construir uma clínica a partir de sua escuta, o que permite tratar o sofrimento advindo de formações discursivas. Para isso, trabalha-se com a fala em livre-associação e com a escuta em atenção flutuante (Freud, 1912/2010b).

No contexto do serviço comunitário de saúde mental em que se desenvolveu esta investigação, a circulação pela cidade trouxe a percepção das desigualdades que marcavam os diferentes territórios, ao se observar que os atendidos no CAPS dos bairros mais ricos da cidade são predominantemente brancos, e os atendidos nos CAPS dos territórios mais empobrecidos são, em sua maioria, negros. Vale ressaltar que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um grande patrimônio brasileiro, sendo “o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas – 80% delas dependem, exclusivamente, dos serviços públicos para qualquer atendimento de saúde.” (Frasão, 2021). Dessas pessoas que dependem do SUS para seus cuidados em saúde, ou “SUS-dependentes”, quase 80% se autodeclararam negras em 2017 (Nações Unidas Brasil, 2017).

Mais recentemente, uma pesquisa fomentada pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) (2025), que teve por objetivo utilizar dados para mensurar o racismo na saúde pública no país, utilizou a Escala de Discriminação Cotidiana para medir a percepção de discriminação em uma amostra de 2.458 participantes de distintas regiões do país. Dos dados produzidos após o tratamento estatístico, chama a atenção que “[...] 84% dos entrevistados de raça/cor preta relataram discriminação racial, seguidos pelos de raça/cor parda, com 10,8% e branca, com 8,3%.” (p. 20). Esses dados tornam-se particularmente preocupantes se articulados ao fato de que, nas últimas décadas, o racismo vem sendo reconhecido como um importante determinante social no processo de produção de saúde e doença, conforme o mesmo documento (p. 9).

No caso desta pesquisa, que trabalha com uma abordagem qualitativa a partir do método psicanalítico, para além da percepção da segregação socioespacial e da desigualdade nas condições de vida, escutar os adolescentes e suas famílias no CAPSi materializou essas percepções em histórias vividas, em vozes, em medos, em sonhos que pareciam interditos, em violências cotidianas que se buscava combater, em sofrimentos.

A dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2016) apresentou-se e demandou um posicionamento. Segundo a autora, Será nessa esteira da tradição psicanalítica que incluímos a dimensão sociopolítica do sofrimento e as vicissitudes das demandas dos sujeitos em contextos de exclusão e violências. Não apenas para constatar seus efeitos, mas considerar que há especificidades nas estratégias clínicas quando o exílio ou a exclusão do laço social é imposto, sem que o sujeito possa se reconhecer e muito menos demandar dar tratamento ao seu sofrimento nesse contexto naturalizado (Rosa, 2016, p. 186).

Nesse sentido, nesta investigação, trabalha-se com a psicanálise implicada ou com a prática psicanalítica clínico-política (Rosa, 2004; Rosa et al., 2009). Ela considera os efeitos do desamparo discursivo na produção de sofrimentos e busca construir táticas clínicas para lidar com isso, em dimensões tanto singulares quanto coletivas, a partir da aposta psicanalítica de que há um sujeito do inconsciente, de que ele fala onde quer que esteja e de que é necessário construir recursos para escutá-lo (Rosa, 2016, p. 186).

No artigo *A Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder* (Lacan, 1958/1998a), Jacques Lacan discorre que a psicanálise tem uma política, uma estratégia e uma tática. Se, na política, o analista não é nada livre – pois está determinado pela política da psicanálise –, na estratégia, o analista é livre apenas na medida dos movimentos que a transferência lhe permitir, a cada vez. Segundo Lacan, é na tática, ou seja, no modo de operar, a cada vez, a psicanálise em ato, que cada analista terá maior liberdade. Ao discutir esse artigo de Lacan, para abordar o acompanhamento terapêutico como tática da psicanálise, Estevão e Metzger (2015, p. 74) afirmam:

Logo, por mais que essa liberdade dê a impressão de perda do rigor, na verdade, trata-se do oposto: a liberdade tática é correlata de uma amplificação desse mesmo rigor, que amplia o peso da decisão do analista quanto às suas intervenções. Ao mesmo tempo, o analista fica mais livre na interpretação, de maneira a não criar padrões imaginários que não se sustentariam na singularidade da clínica. Se a psicanálise se sustenta desde *A interpretação dos sonhos* (*Die Traumdeutung*) como uma clínica do singular, a criação de padrões analíticos fixos se mostra justamente como uma perda do rigor analítico.

Os dispositivos clínico-políticos encontram-se nos recursos que podemos construir para essa escuta. Esses dispositivos podem ser pensados como montagens táticas construídas a cada situação, a depender do que peçam o território, sua história, os atores envolvidos e alguma particularidade do que se busca escutar (os aspectos raciais, a experiência de viver em situação de rua ou a condição de imigrante/migrante/refugiado, por exemplo).

Jorge Broide (2022), em seu artigo *A Escuta nas Ruas*, dialoga com dois filósofos para definir o que seria um dispositivo: Segundo Michel Foucault, os dispositivos surgem em função de uma urgência social. [...] O dispositivo nunca pode ser criado com um único saber; é uma rede de saberes articulados entre si em determinado momento histórico para dar conta de uma urgência social. [...] O que nos move em direção ao território é sempre uma urgência social. Isso pressupõe a formação de uma equipe que articula diferentes saberes para operar de uma forma transformadora no campo da cidade. Outro autor importante na concepção do conceito de dispositivo é Gilles Deleuze [...]. Diz que os dispositivos ‘são máquinas de fazer ver e fazer falar’. [...] Nós, enquanto psicanalistas, vamos desenvolver um dispositivo em uma urgência social através da criação de máquinas de fazer ver e fazer falar aquilo que pulsa na cidade! Vamos tratar de abordar, ver e falar, aquilo que não é falado, não circula, não é pensado, e que aparece enquanto sintoma no território, na calçada e nas instituições (Broide, 2022, pp. 143-144).

No caso desta investigação, trabalhou-se com um dispositivo clínico-político que buscava articular os territórios da cidade com a história da racialização brasileira, a partir de um convite feito a adolescentes frequentadoras de um CAPSij: caminhar a esmo pelas ruas da cidade, em uma atenção flutuante corporificada, mas, ao mesmo tempo, atentando-se aos restos das presenças negras e indígenas em sua formação – restos estes que ficam apagados, em geral, pela discursividade racista que contribui com a ideologia de branqueamento. O objetivo foi acompanhar seus efeitos, a partir da hipótese de que fazer ver e falar os temas territoriais e raciais poderia contribuir para a saúde mental dos adolescentes.

Procedimentos

Os primeiros passos para o início do trabalho no território consistiram em solicitar a aprovação, tanto da Secretaria de Saúde do município onde ocorreu a pesquisa quanto do Comitê de Ética da universidade, por meio da Plataforma Brasil. A aprovação foi obtida em fevereiro de 2022 e o projeto pode ser encontrado sob o número CAAE 52863321.8.0000.5561.

Em dezembro de 2021, participou-se de uma reunião de equipe no CAPSij, onde seria desenvolvida a pesquisa, com o intuito de apresentar o projeto e ouvir impressões, sugestões ou críticas. À vista disso, foi importante construir a pesquisa escutando, desde o início, os trabalhadores do serviço, em razão do saber que possuem sobre o equipamento, o seu território e os adolescentes em acompanhamento. Na oportunidade, propôs-se que fossem indicados os interessados na proposta, pois se beneficiariam de alguma forma.

A proposta do grupo era destinar-se a qualquer adolescente acompanhado pelo serviço a partir dos 14 anos, independentemente de autodeclaração racial. Além disso, considerou-se desejável o interesse de pessoas brancas pelo tema, tendo em vista a ideia de raça inventora do racismo, tendo os brancos também responsabilidade sobre sua desconstrução.

A pesquisadora convidou uma colega psicanalista para conduzir o grupo de forma conjunta. A proposta consistia em circular pela cidade com adolescentes e a presença de profissionais do CAPSij, embora desejada, nem sempre era garantida, por conta das diversas outras demandas institucionais. Em razão disso, pareceu importante poder contar com outra profissional na sustentação daquele espaço.

Após a aprovação ética para início da pesquisa no campo, foram necessárias quatro idas ao serviço para fazer convites: apostou-se, primeiramente, no envio de um vídeo de apresentação via *WhatsApp* institucional para adolescentes sugeridos pela equipe da unidade, bem como para aqueles, a partir de 14 anos, que haviam passado por acolhimento inicial nos últimos três meses – um dos procedimentos realizados pelos CAPS, que corresponde ao primeiro momento em que a pessoa comparece ao equipamento e é escutada por um ou por uma dupla de profissionais do serviço. Essa estratégia falhou,

pois nenhum adolescente compareceu. Entretanto, no dia marcado para a apresentação, as pesquisadoras foram acolhidas pelas profissionais que coordenavam o “Grupo de Meninas” e, com a concordância das participantes, fizeram a primeira apresentação e convite naquele espaço.

Na semana seguinte, a pesquisadora participou de uma atividade proposta pelo CAPSij, ocasião em que mais adolescentes foram convidadas. Seja em razão dessa aproximação inicial inesperada com o “Grupo de Meninas”, seja por outros motivos que não se pode precisar ao certo, aliados a algum grau de acaso, o grupo obteve participação somente de adolescentes do gênero feminino (cisgêneras). Esse dado não chegou a ser discutido no presente trabalho, embora abra caminhos para discussões em um artigo futuro, considerando, inclusive, a dimensão das interseccionalidades entre gênero, raça e classe (Davis, 2016).

Os nomes dados às adolescentes são fictícios, de modo a preservar seu anonimato. Optou-se por nomeá-las com um prenome comum a muitas brasileiras – Maria –, seguindo-se com uma homenagem a mulheres negras importantes da História do Brasil: Carolina Maria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira, Maria Firmina dos Reis, Ana Maria Gonçalves e Maria Beatriz Nascimento. Os nomes aparecerão ora compostos, ora apenas diferentes, a exemplo de “Beatriz” ou “Felipa”.

Após esses convites, iniciou-se um grupo de escuta psicanalítica pela cidade. Foram realizados quatorze encontros entre 27 de maio e 30 de setembro de 2022, sempre às sextas-feiras à tarde. Caminhou-se, nessa ordem, pela Praça Palmares, pelo Parque Orquidário, pela Rua Silva Jardim, pelo Centro Histórico (Rua Quinze de Novembro e Rua do Comércio), ocasião em que foi possível conhecer o Museu do Café e o tradicional bondinho. Perambulou-se pela região portuária, por sua avenida, pelas ruas próximas e pelo bairro do Jabaquara, onde existiu um quilombo. Caminhou-se até o Aquário e o jardim da praia, além disso, foi possível ler um mangá na Gibiteca e chegar no Mercado Municipal – onde chamou a atenção a quantidade de pessoas em situação de rua e despertou o desejo de andar nas catraias vizinhas. Explorou-se o Cemitério do Paquetá, onde, curiosamente, havia muita beleza e muitos gatos para acariciar, e as ruínas do Engenho dos Erasmos, um dos primeiros do Brasil. Contemplou-se, ainda, o mar no Emissário, bem como o bairro Rádio Clube, para conhecer o Instituto Arte no Dique, e vislumbrou-se um pedaço da maior comunidade de palafitas da América Latina. Por fim, percorreu-se os lugares novamente sem o uso dos pés, apenas utilizando as memórias e as fotos que foram tiradas nesse percurso.

O registro da experiência de pesquisa ocorreu no diário de experiências da pesquisadora. Tal dispositivo de registro da experiência de campo tem uma proposta baseada na ética psicanalítica e busca convidar para uma escrita em associação livre, inspirada nos diários de campo das pesquisas antropológicas e etnográficas, nas anotações de Walter Benjamin e nas notas breves de Sigmund Freud, escritas em seus últimos anos (Gurski & Strzykowski, 2018). Ao apresentar e discutir os resultados, em alguns momentos, optou-se por compartilhar trechos do diário, na intenção de fazer ver e falar o que se passou na experiência de escuta. Esses trechos estão sinalizados pela expressão “Diário de Experiência”, seguidos pela data do encontro do grupo.

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados e discutidos a partir do recorte de dois eixos centrais para a pesquisa: raça e território. Além das anotações no diário de experiências, a pesquisadora trabalhou as memórias do grupo, que retornaram durante a escrita da dissertação – compreendendo-o como material que se apresentava encadeado pela lógica inconsciente.

Encontrando o que não se esperava

No terceiro e no sexto encontros do grupo, a temática racial apresentou-se de maneira inesperada: primeiro, no encontro com um senhor negro que contou sobre as ruínas da cidade que, segundo ele, foi construída por escravizados para abrigar imigrantes europeus e, em segundo lugar, no encontro com o nome de Luiz Gama na placa da rua que o homenageia. Nas duas ocasiões, chamou a atenção o fato de as adolescentes mostrarem-se desinteressadas e silenciosas, o que produziu a indagação: como se poderia interpretar o repetido desinteresse e o silêncio das adolescentes em relação à temática racial, tendo elas escolhido participar de um grupo que se propunha a essa pesquisa pela cidade?

A pesquisadora estaria sendo “sabida demais”, operando a partir do discurso universitário (Lacan, 1969-1970/1992), explicando, falando de seu próprio interesse e recebendo a recusa das garotas a essa posição? Para que o discurso de analista possa operar, quem escuta deve ficar na posição de objeto, e quem fala é quem produz saber (Lacan, 1969-1970/1992). Seria melhor, então, juntar-se ao silêncio das adolescentes e aguardar que elas dissessem algo?

Ao mesmo tempo, o silêncio e o “não querer saber nada” sobre a presença e a contribuição das culturas negras e indígenas na construção da cultura brasileira não seria, em si, já sintomático do que Lélia Gonzalez (1984/2020, p. 76) nomeou de “neurose cultural brasileira”? Aliada às políticas de branqueamento e ao mito da democracia racial (Nascimento, 1978/2016), essa sintomática social é produtora de alienação em relação à própria história brasileira e aliada da manutenção do racismo. Nessa medida, caberia não se aliar ao sintoma do silêncio.

Em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, ensaio publicado, originalmente, em 1984, Gonzalez discute a diferença entre as noções de consciência e memória:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (Gonzalez, 1984/2020, p. 78).

Aqui, a autora parece conversar com Lacan (1964/2008), quando o psicanalista discute o sujeito cartesiano, da ciência, e sua diferença em relação ao sujeito do inconsciente:

Descartes não sabia, a não ser que fosse o sujeito de uma certeza e rejeição de todo saber anterior – mas nós, nós sabemos, graças a Freud, que o sujeito do inconsciente se manifesta, que isso pensa antes de entrar na certeza (Lacan, 1964/2008, p. 43).

A memória, conforme trazida por Gonzalez, parece aproximar-se do saber não-sabido do inconsciente, principalmente em suas faces simbólica e real. A escolha do dispositivo desta pesquisa fundamentou-se no propósito de construir uma forma de entrar em contato com essa memória.

Em relação à pergunta anterior, a pesquisadora seguiu não sabendo, ao certo, como respondê-la – considerando, inclusive, que poderia não se tratar de uma ou outra coisa, mas que talvez se pudesse pensar na coexistência das duas alternativas.

No entanto, duas semanas após esse dia, no oitavo encontro, Maria Felipa produziu uma formulação que pareceu indicar o valor da aposta em fazer algumas nomeações e construções. Assim, optou-se por trazer algo do registro desse dia no diário de experiências:

Resolvemos andar um pouco pelos jardins da orla. Havia algumas estátuas por ali. Em uma delas, um pescador parecia prestes a lançar sua rede em direção ao mar. A outra era o busto de um homem fardado. Nos aproximamos para ler a placa e ter notícias de quem seria. Era Luis Alves de Lima e Silva Caxias – “o pacificador”. Pesquisamos na internet: O Duque de Caxias foi um militar, político e monarquista brasileiro. “Monarquista?!”, brincou a pesquisadora, em tom de deboche. Risos. Seguimos pelo jardim e nos sentamos para ouvir música por um tempo. No caminho, Maria Felipa se aproximou e disse:

“Que coisa... tem gente que merecia uma estátua e não tem...”

“Ah, é? Quem você pensou, que merecia uma estátua?”

“Ah... por exemplo, aquele advogado... Luís Gama... eu acho que ele merecia uma estátua.” (Diário de Experiência, 29/7/22).

Foi surpreendente, para a pesquisadora, notar que o nome, aparentemente ignorado em encontros anteriores do grupo, não apenas foi lembrado, mas também retornou com uma crítica social e um questionamento sobre quem merece e quem recebe uma estátua na cidade. Essa adolescente pôde recolher aquele fragmento e usá-lo, a seu tempo, com criticidade em relação ao imaginário social, materializado, na estátua de um militar branco dito “pacificador”, certamente, o tipo de “paz” produzido pelo silenciamento das vozes diferentes.

No ensaio *Territórios e Sentidos: Espaço, Cultura, Subjetividade e Atenção Psicossocial*, Elisabeth Lima e Silvio Yasui (2014) discutem a questão territorial como a lógica pela qual os serviços de saúde mental comunitária devem operar. Ao abordarem o território como algo vivo, onde a vida se desenrola, afirmam: “Assim a cidade cria e recria uma cultura com a cara do seu tempo e do seu espaço, e de acordo ou em oposição aos ‘donos do tempo’, que são também os donos do espaço” (p. 598). O estranhamento causado pela ausência de uma estátua em um território nobre da cidade pode configurar-se como uma abertura à imaginação de uma cidade diferente, com um espaço para acolher as homenagens que passam a fazer sentido em nosso tempo histórico.

Esse momento auxiliou a responder, ao menos parcialmente, à pergunta acerca da pertinência de apresentar ou apontar alguns elementos presentes na cidade, disso que fica silenciado na história. Remeteu, também, ao texto “Construções na Análise” (Freud, 1937/2018), publicado por Freud ao final de sua obra. O autor compara o trabalho do psicanalista ao do arqueólogo e defende a necessidade de não apenas interpretar o que o analisante traz como conteúdo, mas também apresentar construções, “[...] um pedaço de sua pré-história esquecida” (Freud, 1937/2018, p. 212) a partir do material que vai recolhendo em sua escuta. Assim leciona:

[...] o analista conclui um pedaço de construção e o transmite ao analisando, para que tenha algum efeito sobre ele; em seguida, constrói mais um pedaço, a partir do novo material que flui, age da mesma forma com esse, e prossegue nessa alternância até o fim (Freud, 1937/2018, p. 212).

Um pouco adiante no texto, Freud orienta que não é exatamente a concordância ou a discordância do analisante que poderá indicar se a construção foi por um bom caminho, mas o efeito dessa construção no prosseguimento do trabalho analítico. Nesse sentido, aparentemente, ao menos nessa situação, nomear e apresentar elementos históricos apagados socialmente foi importante para favorecer um deslocamento imaginário futuro.

Relações raciais: experimentando, falhando e sustentando falar da diferença

No primeiro dia de circulação pela cidade, a temática racial foi disparada pelo nome da Praça visitada e pela estátua de Zumbi dos Palmares presente naquele espaço. No decorrer da conversa, houve um trânsito da experiência de violência do período da escravidão para a violência atual, incluindo sua dimensão mortífera, quando as adolescentes se lembraram do assassinato de George Floyd, um homem negro estadunidense assassinado em Minneapolis, em 25 de maio de 2020, estrangulado pelo policial branco Derek Chauvin. Seu assassinato causou grande comoção e revolta popular e deu início às manifestações antirracistas intituladas “*Black Lives Matter*” (Vidas Negras Importam) que percorreram os Estados Unidos e o mundo. Derek Chauvin foi condenado a 22 anos de prisão pelo crime.

Notou-se como curioso o fato de a palavra usada por elas, para nomear esses fenômenos, ter sido “preconceito”. Parecia haver algo interditado na palavra “racismo”, embora amplamente presente na cultura, na mídia e nas redes sociais, considerando o momento histórico. Conforme se seguiu a escuta, o discurso das garotas saiu da violência sofrida por um terceiro para uma experiência pessoal, vivida na escola, em que uma colega disse a Maria Firmina que seu cabelo era feio, quando Maria decidiu passar pela transição capilar. A adolescente associou o retorno ao alisamento do cabelo a esse comentário e, ao longo da conversa, questionou-se sobre o porquê de ter desistido de sua decisão. Nesse mesmo dia, as garotas também falaram da composição racial das próprias famílias, por elas classificadas como “misturadas”: branco com negro e branco com indígena.

Esse momento pode ser articulado com a discussão acerca da atualidade da violência racial, conforme Grada Kilomba (2019, pp. 222-223) aborda em *Memórias da Plantação*. A autora discute como as vivências de reprodução de cenas coloniais produzem um “sentimento de atemporalidade”. Kilomba busca traçar uma compreensão para o constante reviver do trauma socialmente, afirmando que “nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente” (Kilomba, 2019, p. 224).

A atemporalidade é uma das características do inconsciente, conforme conceituado por Freud (1915/2010a, p. 128), que descreve seus processos como atemporais e não alterados pela passagem do tempo. A repetição seria, a cada vez, uma nova chance e uma tentativa de elaborar aquilo que não está dito; que está esquecido por efeito do recalque, como trabalha o autor em *Recordar, Repetir e Elaborar* (Freud, 1914/2010c). Recordar e colocar a palavra nisso que insiste e se repete, mesmo sem a apreensão exata do que se repete, é, para o criador da psicanálise, a possibilidade de a repetição perder sua força pulsional e cessar.

Jacques Lacan, psicanalista que retoma Freud e cria uma leitura própria da psicanálise, entre outras possíveis, entende o sujeito do inconsciente como um efeito discursivo que se manifesta no entre; na hiância entre dois significantes (Lacan, 1964/2008, p. 30). Os significantes não surgem espontaneamente, mas são oferecidos sempre pela cultura e pelas pessoas que convocam cada novo membro de nossa espécie à condição de ser falante. A apreensão que cada um fará desses significantes construirá o campo do Outro, que, nas palavras de Lacan, “[...] é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1964/2008, p. 200).

É nesse sentido que Rosa (2016, p. 35) trabalha a noção lacaniana de que o inconsciente é o discurso do Outro, derivando daí a compreensão de que o inconsciente é a história e o político. A autora aponta que certos discursos sociais ocupam o campo do Outro “[...] para obturar a polissemia do significante e impor sua verdade ao sujeito, para capturar o sujeito em suas malhas – na constituição ou na destituição subjetiva” (Rosa, 2016, p. 35). Para fazer frente a isso, destaca a necessidade de construção e de fundamentação dos modos de afetar esses discursos e de estratégias clínicas coletivas. Aí está o campo da psicanálise clínico-política.

Essas estratégias clínicas de escuta visam convidar as pessoas mais afetadas pela dimensão sociopolítica do sofrimento a colocar suas palavras em marcha. Isso porque é pela fala dirigida a alguém que o sujeito do inconsciente pode manifestar-se por meio de equívocos, subversões da cadeia discursiva que pareceria já determinada, e nos mostrar que o Outro não é absoluto, nem imutável.

Nesse sentido, acompanhamos um movimento no primeiro dia do encontro grupal: a presença da temática racial deslocou-se, de modo delicado, do nome da praça e da estátua de Zumbi dos Palmares para a escravidão e sua violência no período colonial, para a violência atual contra pessoas negras e para a composição racial das próprias famílias. Surge, então, uma pergunta: por que mudar de ideia em relação ao próprio cabelo a partir da fala de alguém que o nomeou de “feio”? A palavra “racismo” não apareceu explicitamente no discurso das garotas, mas houve várias voltas discursivas latentes em torno dessa temática. As composições familiares interracialis, ou “misturadas”, sim, foram ditas.

Colocar o corpo na cidade

No eixo anterior, foram trabalhados momentos do dispositivo clínico-político investigado em que a dimensão histórica de “um passado que se faz presente” ganhou alguma evidência. Nesta seção, são apresentados os efeitos que a circulação pelos territórios da cidade produziu para as adolescentes e para o grupo.

Essa discussão parte do que afirma Emília Broide:

A cidade é linguagem. É signifiante e significado. Assim, ela deflagra múltiplos sentidos pelos quais é possível trazer à tona significações e memórias, reconfigurando espaços e tempos. A cidade que esboçamos em nossa geografia tem a ver com a posição que assumimos: nossos repertórios conceituais, subjetivos, políticos e culturais. Diante das cidades estamos frente a um passado que se faz presente e que não cessa de se inscrever (Broide, 2022, p. 28).

Desinterditando a cidade após uma pandemia

Um dos efeitos recolhidos da experiência com o dispositivo clínico-político investigado, inclusive não previsto anteriormente, foi o de que o grupo operou como um mediador entre as adolescentes e a cidade, a qual foi interdita por dois anos em razão da pandemia da COVID-19 – uma emergência de saúde pública de âmbito internacional que ocorreu entre janeiro de 2020 e maio de 2023, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Essa crise sanitária deixou mais de 7 milhões de pessoas mortas em todo o mundo e mais de 700 mil mortos no Brasil. Além da própria letalidade do vírus, no país, o governo federal vigente à época propagou desinformação e agiu de modo a agravar a situação. Para evitar o contágio e o espalhamento do vírus, as pessoas foram instruídas a manterem-se em casa por longos períodos. A restrição do contato social, necessária ao combate da disseminação do vírus, impôs às garotas, assim como a muitos outros que puderam se proteger, que ficassem períodos prolongados em casa. O ano em que o grupo ocorreu era o primeiro de retorno às aulas presenciais nas escolas, após dois ciclos de aulas virtuais. As adolescentes falaram que desconheciam os locais nos quais fomos, ou que, há muito tempo, não os frequentavam.

Soma-se a isso o fato de que, na adolescência, um hiato de dois anos representa um período em que podem ocorrer muitas transformações na autonomia e nas possibilidades de circulação. As integrantes mais jovens do grupo – Felipa, Firmina e Carolina –, que contavam com 12 anos no início da pandemia, já tinha 14 anos durante a realização do grupo. Beatriz, por sua vez, aos 17 anos, havia migrado de outro estado semanas antes do início do isolamento, o que a impediu de se apropriar de muitos locais da nova cidade. Ana Maria, aos 18 anos, naquele momento, estava com poucas condições de circular sozinha, ficando sua relação com a cidade sempre mediada pela presença de algum adulto acompanhante.

Além disso, escutamos que, em geral, suas circulações eram bastante restritas às casas – suas e de parentes próximos –, às escolas, ao CAPSij e, eventualmente, à praia. Caminhar pelas ruas, conhecer o centro da cidade, tomar ônibus em trajetos longos até a Zona Noroeste – região periférica, afastada da região da orla – e circular pelo bairro do Jabaquara, em alguma medida, expandiram os limites e o mapa da cidade que habitavam. A exceção a essa regra foi Maria Firmina, que tinha circulado por alguns dos locais visitados. Ainda assim, seus familiares sempre a levavam e buscavam no CAPSij, por receio de que ela andasse sozinha, e ela pôde, como as outras garotas, conhecer lugares diferentes em nosso grupo.

Ao retomarem o ensaio de Elisabeth Lima e Silvio Yasui (2014), os autores articulam a noção de território usado, trabalhada por Milton Santos e Maria Laura Silveira, com a perspectiva de Deleuze e Guattari, relativa a territórios existenciais e seus movimentos: territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Para a dupla de geógrafos, de acordo com Lima e Yasui (2014), o território usado, mais do que os cenários e espaços naturais onde a vida se desenrola, é a própria relação e dinâmica entre esse suporte material e a ação humana sobre ele. Essa dinâmica implica produções e transformações, e, nesse território, inscrevem-se memórias de acontecimentos, memórias essas

[...] inscritas nas paisagens, nos modos de viver, nas manifestações que modulam as percepções e a compreensão sobre o lugar; relações que surgem dos modos de apropriação e de alienação desse espaço e dos valores sociais, econômicos, políticos e culturais ali produzidos; modos múltiplos, contíguos, contraditórios de construção do espaço, da produção de sentidos para o lugar que se habita por meio das práticas cotidianas (Lima & Yasui, 2014, p. 597).

O(s) território(s) em que alguém leva a vida produz(em) impactos significativos no modo de viver e de relacionar-se com o espaço e seus habitantes. Entretanto, para além do território usado, os autores do ensaio propõem uma articulação com a noção de território existencial trabalhada por Deleuze e Guattari. Nessa perspectiva, o território configura-se como mais do que o espaço e sua dinâmica, tratando-se de uma produção singular de agenciamentos entre os lugares físicos, os encontros que ali se produzem, os afetos que circulam, engendrando-se de modo a produzir lugares para viver e estar. Essa produção compõe a própria subjetivação e se desenrola em movimentos de um constante tecer dos laços (territorialização); tomar os fios que se soltaram – pela contingência ou pelo movimento do desejo (desterritorialização) – e, novamente, tecê-los, de modo diferente, na construção de um novo território (reterritorialização).

Acerca de uma clínica que considere esses territórios, Lima e Yasui (2014, p. 600) apontam:

[...] trata-se, então, de acompanhar, cuidar e investir em movimentos de reterritorialização para que estes possam operar a criação de uma nova terra na qual seja possível traçar linhas de vida. É preciso sustentar a construção de territórios existenciais, mesmo que efêmeros e nômades, que possam se abrir, estabelecendo relações com outras vidas e com outros mundos. E esses territórios não coincidem necessariamente com aqueles circunscritos pelos serviços [...].

No caso da experiência de circulação pela cidade, a possibilidade de estar de corpo presente em diferentes locais – logo após um longo período em que os territórios existenciais estiveram centrados nos núcleos familiares e na vida virtual – contribuiu para a ampliação de territórios corporificados para se viver.

Com base nessa discussão, construímos uma hipótese sobre o fracasso da primeira tentativa de convite ao grupo, feito por meio de um vídeo enviado por aplicativo de mensagens, em busca de diálogo com os territórios *online*. Supomos que aquele gesto já indicava, desde então, um desgaste desse tipo de experiência e um desejo de encontrar-se pessoalmente – uma mensagem que pôde ser decifrada “só-depois”.

Acerca das experiências que podem ter contribuído para a ampliação de territórios existenciais, abordaremos algumas delas a seguir.

Experimentando novas circulações

Nesta seção, é apresentado um recorte de algo que o dispositivo clínico-político investigado permitiu trabalhar com uma das adolescentes, em termos de circulação pela cidade, relativo a exercitar distâncias e outras aproximações.

Ana teve a possibilidade de experimentar novas circulações em diversos momentos do grupo. Acostumada a circular acompanhada por alguém, especialmente sua mãe, sua principal cuidadora, o grupo de escuta clínico-política oportunizou momentos em que foi possível estar com outros. No início da pesquisa, a mãe de Ana imaginava que sua presença seria necessária durante os encontros e que deveria nos acompanhar. Chegamos ao acordo de que seria suficiente levá-la ao CAPSij e buscá-la ao final do período, assim, o grupo poderia ocorrer entre adolescentes e profissionais.

As andanças e as viagens de ônibus constituíram-se como momentos férteis para conversas e para exercitar outros movimentos.

Durante a viagem, Ana engajou-se numa conversa com uma senhora sentada a seu lado. Achei interessante porque nos outros encontros ela acabava dialogando quase que somente comigo, mesmo quando queria saber algo de outra adolescente do grupo, e eu fazia uma mediação ou a convidava a perguntar diretamente à pessoa, o que muitas vezes se seguiu de uma desistência. Dessa vez vi a senhora iniciar a conversa e ela interessar-se, ficar curiosa por saber aonde a outra pessoa iria com aquele ônibus.

[...]

No retorno para o CAPS, falamos sobre interesses, gostos musicais. Acho que pela primeira vez vi Ana dirigir uma pergunta diretamente a Firmina: “de que tipo de música você gosta?”, [...] tenho a impressão de que aos poucos ela vai demonstrando mais interesse pelo outro (Diário de Experiência, 8/7/22).

No décimo primeiro encontro, tomamos um ônibus por quase uma hora para ir ao Engenho dos Erasmos, situado no bairro da Vila São Jorge, na Zona Noroeste. Nessa ocasião, Ana Maria e Maria Beatriz conversaram sobre uma loja de roupas *geek* da qual ambas gostavam, conversa essa iniciada por Ana, ao reconhecer que a camiseta de Beatriz era daquela loja.

Além desses momentos, também foi feita uma aposta: após alguns encontros, percebeu-se que talvez Ana pudesse aprender, caso fosse realizado um trabalho para isso, a andar de ônibus sozinha, ao menos nos trajetos que fazia habitualmente. Conversamos sobre isso com ela e sua mãe, em certa ocasião. No momento, a ideia foi recebida com ressalvas, mas depois notamos que sua mãe passou a acompanhá-la de ônibus até o CAPSij, mas sem descer do veículo com ela, cabendo à jovem fazer sozinha o trajeto de uma quadra entre o ponto e o CAPSij e avisar à mãe sobre sua chegada. Para mãe e filha, certificar-se e descobrir que, de fato, Ana conseguia percorrer sozinha essa quadra, talvez pudesse abrir caminhos para distâncias maiores no futuro.

Uma decisão sobre o próprio corpo

No primeiro encontro do grupo, conforme o desenrolar da fala das garotas, Maria Firmina questionou por que havia voltado a alisar seu cabelo. Alguns encontros à frente, um novo momento encadeou-se logicamente (Lacan, 1945/1998b) a esse primeiro, relativamente à decisão sobre o próprio corpo e à dimensão simbólica dessa asserção.

No sétimo encontro, fomos ao bairro Jabaquara, localizado ao pé do morro de mesmo nome. Descemos do ônibus e nos encaminhamos para o local, onde há uma placa que marca a existência, naquela região, do Quilombo do Jabaquara, que chegou a ser o segundo maior do Brasil em número de habitantes. Permanecemos por um tempo em torno da placa, conversando sobre como deve ter sido viver ali àquela época.

Quando a conversa sobre o quilombo se dissolveu, a pesquisadora propôs uma caminhada a esmo pelas ruas do bairro. Enquanto andávamos, Firmina se aproximou e disse:

“Quero te contar uma coisa: eu resolvi parar de alisar o meu cabelo.”

“Ah, é? E como chegou a essa decisão?”

“Ah... depois daquele dia na praça eu fiquei pensando sobre eu ter desistido da minha ideia só porque aquela minha amiga

– eu nem acho mais que ela é minha amiga – disse aquilo [...] E decidi voltar ao que eu tinha pensado. Olha só, já dá pra ver a raiz começando a cachear” (Diário de Experiência, 22/7/22).

A estagiária que acompanhava o grupo naquele dia usava os cabelos com cachos longos e volumosos. Ao escutar o tema da conversa, compartilhou um pouco de como tinha sido sua experiência de transição capilar. Tendo a mãe branca e o pai negro, contou que sua mãe não sabia como cuidar dos cachos quando ela era pequena e, por isso, começou a alisá-los. Contou também das ofensas que já ouviu, de que seu cabelo era feio ou desarrumado. A pesquisadora compartilhou, então, a própria experiência em ter o cabelo cacheado desde a infância:

“Muitas vezes elogiaram meu cabelo, disseram que parecia o de um “anjinho”, algumas pessoas pediam que eu cortasse um cacho para dar a elas [...] Acho que essa diferença tem a ver com o fato de eu ser branca” (Diário de Experiência, 22/7/22).

Depois desse dia, Firmina, algumas vezes, mostrou a mudança de seu cabelo no grupo, e nos deixou ver as raízes cacheadas que, aos poucos, apareciam mais.

Embora ela não tenha feito uma autodeclaração racial ao longo do grupo, falou sobre seu pai biológico ser um homem negro. Além de configurar-se como uma decisão própria acerca de seu corpo, mostrar os cachos trata-se de um ato que visibiliza sua filiação a esse pai. Isso permitiu que um signo ligado à sua negritude aparecesse também em seu corpo, distanciando-se do dito por sua avó, que lhe mandava afinar o nariz com a mão – gesto que podemos escutar, metaforicamente, como como a projeção de um desejo de embranquecimento dirigido à neta, conforme as discussões de Isildinha Nogueira (2021).

O tema do cabelo como expressão e afirmação de uma pertença racial tem sido bastante debatido por autores que pensam as relações raciais e a saúde mental. No livro *Aquilombamento da Saúde Mental: Cuidado Antirracista na Atenção Psicossocial Infantojuvenil*, Emiliano de Camargo David (2023) apresenta um caso atendido por uma equipe de um CAPSij, em que o cabelo foi a parte do corpo diretamente atacada por violências racistas que produziram intenso sofrimento. Nesse contexto, David cita Nilma Lino Gomes, que assim debate:

O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. [...] por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos (David, 2023, p. 127).

Na dissertação intitulada *Cuidado e Racialização em um Centro de Atenção Psicossocial infância e adolescência*, João Batista Alves (2024) contribui com essa discussão ao entrevistar profissionais de um CAPSia (em alguns lugares do país, o serviço referido como “CAPSij” infantojuvenil é nomeado “CAPSia”, infância e adolescência), que relatam casos em que as expressões de sofrimento passavam pela imagem do corpo e por conflitos em relação aos traços físicos ligados à negritude. Uma das profissionais entrevistadas narra acerca do atendimento de uma adolescente de 12 anos que sofria com automutilações e sintomas depressivos, cujo cabelo começou a cair após um alisamento caseiro malsucedido. Com o acompanhamento, um dos sinais que a profissional interpretou como indicador de melhora do sofrimento foi a percepção de uma outra relação da menina com o próprio cabelo (Alves, 2024, p. 83).

Em psicanálise, o corpo excede em muito o organismo biológico: trata-se de uma construção de linguagem, formado por significantes e significações atribuídas a ele. No caso de uma sociedade profundamente organizada a partir do racismo, como a brasileira, tais significações sobre o corpo negro, muitas vezes, são atravessadas por uma discursividade racista e pejorativa, em linha com a reflexão de Lélia Gonzalez em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984/2020, p. 80): “Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra”.

Nesse sentido, a afirmação da decisão sobre o próprio corpo assinala que, possivelmente, algo se deslocou em termos imaginários e simbólicos para Maria Firmina. Esse movimento permitiu-lhe distanciar-se da violência da discursividade racista acerca de seu cabelo e assumir um desejo próprio materializado em seu corpo, não idêntico aos ditos de branqueamento enunciados pela “amiga” e por sua avó.

Considerações finais

Nesta pesquisa, a partir da experiência de alguns anos de trabalho em Centros de Atenção Psicossocial, buscou-se investigar, no contexto da saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS), um dispositivo de escuta psicanalítica clínico-político que levasse em consideração a dimensão sociopolítica do sofrimento. A escuta compreendeu, em especial, os sofrimentos produzidos pelo racismo e pela desigualdade racial, escutados em diversas ocasiões da trajetória de trabalho.

Concretamente, a realidade brasileira é marcada por uma profunda desigualdade racial que produz impactos de sofrimento em toda a sociedade. Diante desse cenário, compreende-se relevante o fato de que a clínica psicossocial deve considerar essa dimensão como fator produtor de sofrimento, ao se pensar, particularmente, em uma saúde mental coletiva.

O Paradigma Psicossocial — fortalecido por sua orientação ético-política para a singularidade, para o desejo, para a escuta e para o pertencimento comunitário — tem seu cerne ancorado nos territórios, locais em que a vida e as relações

se desenrolam. A partir dessa premissa, apostamos que a cidade e a possibilidade de circular em grupo por ela poderiam contribuir para uma escuta desindividualizante, implicada com transformações singulares e coletivas.

De modo geral, os recortes dessa experiência com um dispositivo clínico-político, ao articularem raça e territórios, mostram que o dispositivo em questão parece ter possibilitado momentos de ampliação de territórios existenciais. Além disso, permitiu deslocamentos significantes imaginários e simbólicos para as adolescentes participantes.

A partir da experiência deste dispositivo clínico-político, buscamos dar consequências clínicas às discussões acerca da necessidade de se construir dispositivos e fazeres no campo da saúde mental coletiva, que possam considerar e combater a discursividade racista como fator produtor de sofrimento psíquico.

Dessa forma, serão oportunas novas investigações que exercitem uma práxis clínica antimanicomial na atenção psicossocial – práxis essa, necessariamente, antirracista.

Referências

Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.

Alves, J. B. B. B. (2024). *Cuidado e racialização em um centro de atenção psicossocial infância-adolescência: uma análise da psicologia social construcionista* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40466>

Amarante, P. (1997). Loucura, cultura e subjetividade: conceitos e estratégias, percursos e atores da reforma psiquiátrica brasileira. In S. Fleury (Org.), *Saúde e democracia: a luta do Cebes* (pp. 163-185). Lemos Editorial.

Amarante, P. (2003). A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In P. Amarante (Coord.), *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial* (pp. 45-65). NAU Editora.

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Broide, J. (2022). A escuta nas ruas. In J. Broide (Org.), *A psicanálise na cidade* (pp. 133-162). Escuta.

Costa-Rosa, A. (2000). O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. Amarante (Org.), *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 141-168). Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9788575413197>

Costa-Rosa, A. (2013). *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: Contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. Editora UNESP. <https://books.scielo.org/id/2ndtk>

David, E. C. (2022). *Saúde mental e racismo: Saberes e saber-fazer desnordeado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicomial* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/30911>

David, E. C. (2023). *Aquilombamento da saúde mental: cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil*. Hucitec.

David, E. C., & Vicentin, M. C. G. (2023). Práticas antirracistas na rede de atenção psicossocial: racializar e desnordear. *Psicologia & Sociedade*, 35, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277115>

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial.

Estevão, I. R., & Metzger, C. (2015). Acompanhamento Terapêutico: tática, estratégia e política. *A PESTE: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia*, 7(2), 69-79. <https://revistas.pucsp.br/index.php/a peste/article/view/30483>

Fanon, F. (1979). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.

Frasão, G. (2021, 21 de setembro). *Maior sistema público de saúde do mundo, SUS completa 31 anos*. Ministério da Saúde. <https://www.unasus.gov.br/noticia/maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo-sus-completa-31-anos>

Freud, S. (2010a). O inconsciente. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (pp. 75-112). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1915)

- Freud, S. (2010b). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In S. Freud. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber")*: Artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913) (pp. 147-162). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1912)
- Freud, S. (2010c). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud. *Freud obras completas v. 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber")*. Artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913) (pp. 193-209). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (2018). Construções na análise. In S. Freud, *Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)* (pp. 327-344). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1937)
- Gonzalez, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 75-93). Zahar. (Originalmente publicado em 1984)
- Gurski, R., & Strzykowski, S. (2018). A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei: que ética pode sustentar essa intervenção? *Tempo psicanalítico*, 50(1), 72-98. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000100005
- Kilomba, G. (2019). Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Cobogó.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar. (Originalmente publicado entre 1969 e 1970)
- Lacan, J. (1998a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 591-652). Zahar. (Originalmente publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998b). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 197-213). Zahar. (Originalmente publicado em 1945)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1964)
- Lima, E. M. F. A., & Yasui, S. (2014). Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em Debate*, 38(102), 593-606. <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 Edições.
- Ministério da Igualdade Racial. (2025). *Mais dados, mais saúde: experiência de discriminação cotidiana pela população brasileira*. Governo Federal do Brasil. https://observatoriosaudepública.com.br/static/frontend/pesquisa/relatorio_edc.pdf
- Ministério da Saúde. (2002). Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. *Diário Oficial da União*. <https://cetadobserva.ufba.br/pt-br/legislacoes/portaria-gmms-no-336-de-19-de-fevereiro-de-2002>
- Nações Unidas Brasil. (2017, 7 de dezembro). *Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra*. ONU. <https://www.geledes.org.br/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/>
- Nascimento, A. (2016). O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio. In A. Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (3 ed., pp. 83-92). Perspectiva. (Originalmente publicado em 1978)
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro*. Editora Perspectiva.
- Passos, R. G. (2018). "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, 10(3), 10-23 <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>
- Ricardo, H. T., & Figueiredo, S. H. G. (2025). Saúde mental infantojuvenil e racismo: uma revisão de literatura. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 4(1), 1-15 <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/3617>

- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348. <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1509>
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Editora Escuta.
- Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3), 497-511. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>

Como citar:

Pereira, T. L. D., Rosa, M. D., & Zanchi, C. T. (2025). Territórios racializados na atenção psicossocial de adolescentes: Investigando um dispositivo clínico-político. *Revista Subjetividades*, 25(Esp.), e15151. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25iEsp.e15151>

Endereço para correspondência:

Tahamy Louise Duarte Pereira
E-mail: tahamy.pereira@gmail.com

Miriam Debieux Rosa
E-mail: debieux@terra.com.br

Caroline Teixeira Zanchi
E-mail: czanchi@hotmail.com



Recebido em: 03/04/2024.

Aceito em: 30/09/2025.